

“CABELO DE BOMBRIL” OU “CABELO ALISABEL”? REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, INFÂNCIAS E IDENTIDADE NEGRA

“BOMBRIL HAIR” OR “ALISABEL HAIR”? REFLECTIONS ON MEMORY, CHILDREN AND BLACK IDENTITY*

Barbara Duarte Benatti 1
Débora Cristina Sales da Cruz Vieira 2
Luciana Maria Rodrigues Gresta 3
Maria Oliveira Villar de Queiroz 4

Arte educadora, mestre e doutoranda em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (PPG-CEN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6423230731986840>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8301-6910>.
E-mail: barbara.d.benatti@gmail.com

Professora da educação básica (SEEDF), especialista em Educação Infantil (UnB), mestre em Educação (UnB), Doutorado em Artes Cênicas (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8507221898695817>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1954-6700>.
E-mail: deborasalesvieira19@gmail.com

Doutoranda em Artes Cênicas pela Universidade de Brasília (PPGCEN/UnB). É professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1599502119294548>.
E-mail: gresta.luciana@gmail.com

Arquiteta Urbanista .Mestre pela FAU-UnB e Doutoranda nas Artes Cênicas-UnB (PPGCEN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6423230731986840>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1264-026X>.
E-mail: mariaovq@gmail.com

Resumo: O presente artigo discute processos subjetivos de significação de situações de racismo, partindo de análises interpretativas da performance “Cinco anos”, de Luciana Gresta e de reflexões a respeito do romance *Americanah*, de Chimamanda Adichie (2014), do livro *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba (2019), e de uma peça publicitária da Bombril veiculada em 2012. A discussão sustenta-se no diálogo com teóricas do feminismo negro, em uma abordagem interseccional, que enfoca os marcadores sociais de gênero, raça, classe e idade. Os efeitos do racismo no corpo da criança negra encobrem a potência infantil do agir, do pensar e do sentir, tornando complexas as possíveis construções de epistemologias antirracistas, mesmo quando o desejo é a resistência. No contexto das opressões que as meninas negras experimentam cotidianamente, consideramos que narrativas como as que foram apresentadas podem ajudar a traçar caminhos e estratégias para a produção de novas realidades para infância negra, tão mais fragmentada nos processos subjetivos de descolonização.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Interseccionalidade. Racismo. Infância. Educação Antirracista.

Abstract: This article discourses subjective processes of signifying situations of racism, based on interpretative analyzes of the performance “Cinco anos”, by Luciana Gresta and reflections on the novel *Americanah*, by Chimamanda Adichie (2014), from the book *Plantation Memories*, by Grada Kilomba (2019), and the brand Bombril advertising piece aired in 2012. The argument is based on dialogue with black feminist theorists, in an intersectional approach, which focuses on the social markers of gender, race, class and age. The effects of racism on the body of the black child cover up the infantile power of acting, thinking and feeling, making the possible constructions of anti-racist epistemologies complex, even when the desire is resistance. In the context of the oppressions that black girls experience on a daily basis, we consider that narratives such as those presented above can help to outline paths and strategies for the production of new realities for black childhood, which are even more fragmented in the subjective processes of decolonization.

Keywords: Black Feminism. Intersectionality. Racism. Childhood. Anti-Racist Education.

* “Bombril” is a Brazilian brand that markets the steel wool, pejoratively associated with texture of afro hair and “Alisabel” is a hair straightening product.

Quantos cafunés foram negados por ser o alisamento um procedimento ‘caro’? Quantos crespos-alisados fugiram de banhos de chuva, banhos de rio, banhos de mar, banhos de ervas... por medo de emergirem à tona nossas raízes? Quantos corpos se tornaram imóveis para que o vento, a dança, o beijo, o riso, o sono, o corte, a vida... não os despenteassem?

MayllaMonnik Chaveiro

Eu sou de plantar semente e que os olhos e os sentidos se abram o quanto antes. Que essa geração que vem tenha força para lutar diante de algo que é para um dia, deixar de ser.

Luciana Gresta

Primeiras palavras

O presente artigo é fruto das reflexões que emergiram a partir de uma experiência que nós, suas autoras – duas mulheres negras e duas mulheres brancas –, vivenciamos coletivamente no 2º semestre de 2019, quando cursamos a disciplina Etnocnologia com o professor Jorge das Graças Veloso¹, que nos motivou a apresentar nossas pesquisas de doutorado sob a ótica da Etnocnologia e com um viés poético e artístico².

A Etnocnologia está inserida no campo multidisciplinar das etnociências e oferece uma alternativa à rigidez cartesiana e ao paradigmatismo dos estudos teatrais, propondo um teatro pensado a partir das noções de espetacularidade e teatralidade (VELOSO, 2016). Se tivéssemos que escolher palavras que sintetizassem nosso entendimento da Etnocnologia, seriam as seguintes: alteridade, pelo reconhecimentodo lugar que o Outro ocupa; humildade, pela consciência do lugar que ocupamos, da nossa condição de seres humanos; e, por último, diálogo, pela abertura à penetração de todos os saberes, dos saberes outros. Aliás, o professor sempre encerrava os nossos encontros semanais dizendo: “Por favor, não acreditem em uma palavra do que eu disse”. E essa era a sua forma de nos instigar a desconfiar, pesquisar e buscar outras opiniões, ouvir outras vozes.

Ao longo do semestre, fomos constantemente relembradas de que as aproximações se dão, antes de tudo, pela escuta. E Graça Veloso, um docente comprometido com os pressupostos de reconhecimento da alteridade trazidos pelo viés da Etnocnologia, propunha que as diferenças fossem acolhidas e que sempre levássemos em conta o que cada aluna ou aluno tinha a dizer, a diferença que cada um trazia. Dessa forma, nossa aproximação era pautada também pelo respeito ao nosso lugar de fala, uma vez que, como nos explica a filósofa Djamilia Ribeiro, “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 69).

Foi assim, a partir dos relatos e da escuta de nossas experiências de vida durante a disciplina, que nasceu a ideia de escrevermos juntas um artigo sobre as discussões suscitadas pela apresentação, em um de nossos encontros, da performance “Cinco anos”, de Luciana Gresta, uma das coautoras do presente artigo. Em nossa conversa sobre a performance, acabamos falando também sobre o romance *Americanah*, de Chimamanda Adichie (2014), os episódios cotidianos de racismo compilados em *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba (2019), e uma peça publicitária veiculada em 2012 pela marca Bombriil. O que apresentamos aqui é o resultado do gesto reflexivo através do qual costuramos os assuntos tratados naquela conversa informal com as ideias de teóricas do feminismo negro, usando uma abordagem interseccional na qual foram enfocados, para além dos marcadores sociais de raça, classe e gênero, também

¹ Graça Veloso (Jorge das Graças Veloso) é ator, diretor teatral e dramaturgo. Com pós-doutorado em Arte e Cultura Visual (2014) pela Universidade Federal de Goiás – UFG, tem doutorado (2005) e mestrado (2001) em Artes Cênicas, ambos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Docente no Departamento de Artes Cênicas nos Programas de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes (VIS), Artes Cênicas (CEN) e ProfArtes da Universidade de Brasília.

² A disciplina faz parte da linha de pesquisa Cultura e Saberes, do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (PPG-CEN/UnB), e foca nos fundamentos da Sociologia Compreensiva, da Antropologia do Imaginário e da Etnocnologia.

o etário.

A interseccionalidade, uma abordagem que tem sido construída com a luta e a resistência epistemológica e política de mulheres negras, “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19), fornecendo uma lente teórica pela qual conseguimos enxergar as situações analisadas dentro da trama complexa na qual a questão da raça está enredada. Aqui, a noção de interseccionalidade não implica a fragmentação que o conceito matemático sugere, pois o todo não é formado pela soma das partes – mulher e negra e trabalhadora, por exemplo –, mas corresponde a uma unidade identitária inseparável, a respeito da qual analisam-se

Quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, 2019, p. 43).

O artigo está organizado em quatro tópicos discursivos, a saber: a) Um olhar etnocenológico para as memórias da infância negra; b) Ifemelu e seu desejo por uma coroa de glória no romance *Americanah*; c) “Cabelo de Bombri!”: mais um episódio de racismo estrutural; d) “Pode a menina negra falar, ser (como ela é), aparecer”?

Um olhar etnocenológico para as memórias da infância negra

Como as demais autoras deste artigo, Luciana Gresta é doutoranda do PPG-CEN/UnB e também cursou a disciplina Etnocenologia. Sua pesquisa, em andamento, investiga gatilhos desveladores nas memórias do feminino infante negro para a desconstrução dos *scripts* racistas e para a produção de novas subjetividades nas infâncias negras da Educação Básica, a partir das performances narrativas de meninas negras no ambiente escolar, e de narrativas das infâncias de mulheres negras, consideradas referências na resistência ao racismo.

Na performance “Cinco Anos” apresentada à turma durante uma de nossas aulas, Luciana Gresta conta a história da primeira vez em que uma garotinha negra de cinco anos vai ao cabeleireiro “arrumar” seus cabelos. Na sala de aula, ambientada tal qual um salão de beleza, ela performou a cena de uma garotinha sendo acomodada na cadeira sobre grossos catálogos telefônicos, que compensavam sua pequena estatura, permitindo à cabeleireira mexer em seus cabelos sem precisar curvar-se até o nível de sua cabeça. Enquanto ela descreve o cheiro de soda cáustica invadindo o ambiente, os olhos brilhantes da menina aos poucos vão perdendo a vida. Antes empolgada por estar com a mãe em um salão de beleza de gente grande, ela então parece assustada com o cheiro forte que passa a empestear seu cabelo, fazendo arderem seus olhos e seu nariz. Quem alguma vez vivenciou a experiência de alisar os cabelos sabe como aquele cheiro ataca a pele com seu efeito abrasivo. A narrativa, já bastante impactante, desfere o último golpe quando percebemos que a protagonista era a própria performer, rememorando a primeira vez em que alisou o cabelo aos cinco anos e sentiu a soda cáustica queimar-lhe o couro cabeludo.

Em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), Beatriz Sarlo nos diz que nosso tempo é caracterizado por uma necessidade imagética urgente e, nesse sentido, recorreremos mais a imagens do passado que são representações do presente, pois “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.” (SARLO, 2007, p.9). Assim como a performance “Cinco anos” abarca a imagem de uma experiência individual do passado, ela também evoca dialeticamente a representação de uma experiência social que ainda faz parte do tempo presente de inúmeras meninas negras.

Após a performance, conversamos sobre como se normalizou a ideia de “arrumar” o cabelo, de corrigir o “cabelo ruim”. Enquanto partilhávamos com Luciana Gresta as ressonâncias de sua apresentação sobre cada uma de nós, acabamos nos dando conta de que alisar o cabelo é para a mulher negra como um rito de iniciação. As colegas ali que já haviam vivido essa experiência concordaram que ao alisar o cabelo se perceberam e se sentiram percebidas

menos como meninas e mais como mulheres. Nos desdobramentos dessa conversa, refletimos também sobre o esforço de embranquecimento que a mulher negra empreende, conscientemente ou não, ao colocar em prática os padrões de beleza hegemonicamente estabelecidos, afastando-se de sua identidade negra,

Entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2003, p. 171).

Em *Memórias da Plantação* (2019), Grada Kilomba apresenta uma compilação de episódios de racismo cotidiano colhidos em entrevistas a mulheres negras que, como ela, vivem na Alemanha. Esses relatos são tratados sob a perspectiva da teoria pós-colonial, dos estudos de gênero, da psicanálise e do feminismo negro, abordando temas que perpassam políticas espaciais, questões relacionadas ao cabelo, situações sexuais e o uso pejorativo das palavras negro e mestiço. O título da obra é como uma metáfora na qual o termo “plantação” evoca um passado colonial e traumático que é constantemente reencenado através do racismo cotidiano. A performance “Cinco anos” nos fez recordar o livro de Grada, particularmente o relato de Alicia, no qual ela conta como as pessoas costumavam tocar seu cabelo. Sua mãe, uma mulher branca, justificava dizendo que queriam sentir seu cabelo porque ele era diferente. Mas diferente em relação a quem?

Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/ES que têm o poder de se definir como “normal”. A mãe branca de Alicia não vê a si mesma como diferente, mas vê sua filha como tal. Ou seja, não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação (KILOMBA, 2019, p. 121).

Lembramos dessa passagem porque ela trata da sensação de ter o corpo invadido, uma sensação com a qual é possível relacionar o sentimento de, na tenra infância – e de maneira compulsória, em última instância, pela pressão da sociedade –, ser conduzida a um salão de beleza para ter o cabelo alisado. No capítulo “Políticas de Cabelo” (p. 121-132), Grada fala sobre como essa parte do corpo está no centro do racismo cotidiano e sua internalização. Refletindo a partir da performance de Luciana Gresta, entendemos que mais do que isso, o cabelo reencena uma associação colonial:

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim” (KILOMBA, p. 127, 2019).

Por meio do alisamento químico, o “cabelo ruim”, conforme pondera a autora, foi pressionado a tornar-se “bom”, como forma de controle e apagamento dos sinais e traços de negritude. Um gesto no sentido inverso, contudo, elevou o cabelo a instrumento de consciência política. Os cabelos crespos naturais, os penteados africanos, os *dreadlocks*, o rastafárie ou *blackpower* passaram a ser usados para transmitir uma mensagem política de fortalecimento racial e também um protesto contra a opressão.

Ifemelu e seu desejo por uma coroa de glória no romance *Americanah*

O neocolonialismo e o cabelo como elemento de docilização são assuntos tratados também por Chimamanda Ngozi Adichie em *Americanah* (2014). O tema atravessa toda a narrativa e determina a estrutura mesma do romance, que narra desde a infância a trajetória de

Ifemelu, uma menina nigeriana que “cresceu à sombra do cabelo de sua mãe” (ADICHIE, 2014, p. 49), desejando ter, como ela, madeixas que fossem “uma coroa de glória” (ADICHIE, 2014, p. 49). Os fios do cabelo crespo de Ifemelu, no entanto, cresciam lentamente e, segundo diziam as cabeleireiras, “cortavam que nem faca” (ADICHIE, 2014, p. 49). Esses fios virão a ser o motivo de sérias questões quando, num momento de instabilidade política e econômica na Nigéria, ela decide concluir a graduação nos Estados Unidos, onde irá enfrentar uma realidade marcada pelo preconceito. Será em terra estrangeira que ela passará pelo processo de se descobrir negra e pela experiência de ser marginalizada por sua identidade racial.

Nos Estados Unidos, Ifemelu se defronta com os obstáculos, muitas vezes intransponíveis, que a decisão de manter naturais os cabelos crespos impõe à sua carreira. No começo, ela resiste a mudar, mas depois de um longo tempo buscando sem sucesso uma oportunidade de emprego, resigna-se a acatar o padrão estadunidense:

“Vou ter que desfazer minhas tranças para a entrevista e fazer relaxamento no cabelo. Kemi disse que não devo usar tranças na entrevista. Eles acham que você não é profissional se tem o cabelo trançado”。“Então não existem médicas de cabelo trançado nos Estados Unidos?”, perguntou Ifemelu.“Falei o que me disseram. Você está num país que não é o seu. Faz o que precisa fazer se quiser ser bem-sucedido” (ADICHIE, 2014, p. 111).

Ao se preparar para a entrevista que lhe conseguira Curt, personagem com quem mais tarde Ifemelu iniciará um namoro, ela ouvirá da conselheira de emprego:

“Tire essas tranças e alise o cabelo. Ninguém fala nessas coisas, mas elas importam. A gente quer que você consiga esse emprego”. Tia Uju havia dito algo parecido no passado e, na época, Ifemelu rira. Agora, sabia que não devia rir. “Obrigada”, disse (ADICHIE, 2014, p. 220).

A personagem fora resistente à ideia de alisar o cabelo quando, lá no princípio, sua tia Uju sugerira que aderisse ao procedimento antes de comparecer a uma entrevista. Com o passar do tempo, das vivências e das coisas que observou, no entanto, ela foi se dando conta de que para se adaptar ao padrão exigido deveria necessariamente apagar os traços de sua identidade nigeriana. Então, mais consciente de sua condição, em outro momento diante do mesmo conselho, não lhe restou senão agradecer a sugestão.

Como Luciana Gresta, Chimamanda Adichie não poupa elementos para representar a violência do alisamento, que ela descreve não apenas como motivo de sofrimento psicológico, mas também de dor física:

Ifemelu sentiu apenas uma leve ardência no começo, mas quando a cabeleireira estava tirando o relaxante enquanto ela mantinha a cabeça apoiada em uma pia de plástico, agulhadas de dor profunda surgiram em diversas partes de seu couro cabeludo e se refletiram em partes diferentes do corpo, ricocheteando de volta para a cabeça.“Arde um pouco”, disse a cabeleireira.“Mas olha como está bonito. Uau, menina, você está com um balanço de branca!” (ADICHIE,2014,p. 174).

Algum tempo após o procedimento, os cabelos de Ifemelu começam a cair. Uma amiga da faculdade, Wambui, então lhe explica que a solução é cortar a parte alisada e deixar os fios crespos crescerem livremente:

‘Relaxar o cabelo é que nem ser preso. Você fica numa jaula. Seu cabelo manda em você. Não foi correr com o Curt hoje porque não quer suar e ficar com o cabelo crespo. Naquela foto em que me mandou, estava com ele coberto no barco. Está sempre lutando para fazer seu cabelo ficar de um jeito

que não é o normal dele. Se o deixar natural e cuidar bem dele, vai parar de cair. Posso ajudá-la a cortá-lo agora mesmo (ADICHIE, 2014, p. 226-227).

No transcorrer da história, Ifemelu vai se empoderando e se apropriando do próprio cabelo, aprendendo modos possíveis de usá-lo, tanto em sua forma “domesticada”, para efeito de inserção social, quanto ao natural, fazendo dele um instrumento de luta e poder.

A literatura de Adichie, como pontua Pamela Raiol Rodrigues no artigo “O cabelo docilizado: uma mazela do neocolonialismo em *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie” (2018), funciona ao mesmo tempo como uma ferramenta de denúncia do neocolonial e como mecanismo propulsor do debate acerca de preconceitos advindos da empreitada colonial:

O empoderamento ocasionado pelo cabelo natural assumido é significativo e funciona como uma mola impulsional para leitoras de cabelo afro que sintam necessidade de assumir seus cabelos para se sentirem mais livres em seus corpos e suas identidades. Chimamanda Adichie denuncia a existência da imposição de um padrão, fruto do neocolonial, corroborando a crítica pós-colonial e, ao mesmo tempo, demonstra a possibilidade da mudança e quebra da docilidade (RODRIGUES, 2018, p. 18).

Partindo dessa perspectiva, Kamila Marques Jacoub, na monografia “O cabelo como símbolo de resistência em *Americanah*, de Chimamanda Adichie” (2017), afirma que o cabelo crespo para as mulheres negras é atravessado por fenômenos sociais, pois o conceito de belo é fundamentado por um sistema que impõe o embranquecimento e marginaliza quem não se enquadra nesses padrões esteticamente configurados. Impulsionada pelas provocações do livro *Americanah* e pela própria produção acadêmica, a autora, uma mulher negra, direcionou seu trabalho para a atuação como cabeleireira, especializando-se em cabelos crespos e cacheados em um salão de beleza afro no Distrito Federal. Em 2017, na VI Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (SERNEGRA), ela ministrou a oficina “Afro Afeto Capilar” e, no ano seguinte, participou do programa televisivo “Encontro com Fátima Bernardes”, falando sobre cabelos crespos, afeto e negritude.

Kamila reflete sobre a complexidade envolvida nos processos identitários de mulheres negras ao optarem pelo uso de cabelos alisados e/ou de cabelos crespos, evocando as subjetividades que perpassam esses processos que são historicamente constituídos:

O cabelo se torna um portal para o auto amor e o encontro assertivo com sua imagem pessoal é capaz de modificar toda a maneira como essas mulheres foram tratadas ao longo da vida. A resistência em utilizar os cabelos crespos se torna então um instrumento de luta e empoderamento, até porque uma mulher negra com cabelos alisados não deixa de ser negra e não deixa de sofrer racismo, mas uma mulher negra que tenha aceitado seus cabelos naturais reflete um profundo reconhecimento e reconciliação com seu verdadeiro eu. (JACOUB, 2017, p. 27).

“Cabelo de Bombril”: mais um episódio de racismo estrutural

Em 2012, a campanha “Mulheres que Brilham” (figura 1), da Bombril, causou polêmica ao veicular a ilustração de uma mulher negra de perfil, com o logotipo da marca projetado em seu *blackpower*. A campanha foi considerada racista pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que identificou na imagem uma associação entre o cabelo crespo e produto comercializado pela marca, a palha de aço. Embora o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (CONAR) tenha negado a reclamação da Secretaria, a Bombril decidiu suspender a campanha e tirar a peça de circulação para não gerar mais controvérsia. Em nota à imprensa, a empresa declarou que o objetivo da campanha era exaltar a beleza e a diversidade da mulher, mas o efeito percebido pelos consumidores não foi esse.

Figura 1. Campanha publicitária Bombril 2012



Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/bombril-na-berlinda/>.

No IX Seminário de Pesquisa e Estudos Linguísticos (2017), Francisco Benevides e Maira Miranda discutiram o efeito de sentido no enunciado “Mulheres que Brilham”. Segundo o autor e a autora, é possível inferir, pelo modo como se organiza a composição apresentada na peça publicitária e pela escolha vocabular, um deslocamento da função – fazer brilhar, dar brilho – do produto para o cabelo, evocando inclusive um insulto racista amplamente conhecido. Esse efeito alusivo, independentemente de ser intencional ou não, sinaliza a presença de uma formação discursiva preconceituosa, que sedimenta a discriminação ao cabelo afro e à estética negra de modo geral. Tais referências vão além da dinâmica da publicidade e do mercado e afetam diretamente as subjetividades tanto das mulheres negras quanto dos homens negros, sejam adultos, jovens ou crianças.

Em A categoria político-cultural de Amefricanidade (1988), Lélia Gonzalez afirma:

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (GONZALES, 1988, p. 73).

A ideologia do branqueamento, conforme ela explica, é veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, reproduzindo e perpetuando a universalidade e veracidade das classificações e valores do Ocidente branco. Nesse sentido, o mito da superioridade branca fragmenta a identidade racial, produzindo o desejo de embranquecer, que é internalizado simultaneamente à negação da própria raça e da própria cultura. A ideologia do branqueamento embaça a tomada de consciência racial e a configuração de processos identitários, de modo que é fulcral a apresentação de referenciais raciais contra hegemônicos em contextos educativos desde a primeira infância (GONZÁLEZ, 1988).

“Pode a menina negra falar, ser (como ela é), aparecer”?

Na infância, o cabelo é o primeiro símbolo concreto que configura a opressão pelo sentimento de inadequação da criança negra no espaço/lugar estrutural da branquitude. Esse contato inaugural com a falta de aceitação firma o processo identitário conflitivo em relação à sua própria imagem no contexto das relações sociais. O cabelo é “uma técnica corporal e um

comportamento social” (GOMES, 2019, p. 202) que engendra a trama dos estereótipos e das experiências de ser uma pessoa negra no Brasil, segundo a professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes. Ela afirma que desde o momento da entrada na escola a criança já começa a ser afetada tanto física quanto emocionalmente pela imposição de “padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e, também, de estética” (GOMES, 2019, p. 203). Tudo ali parece reforçar o sentimento de não pertencimento ao espaço e de inferioridade em relação aos seus pares brancos.

Os apelidos e as piadas pejorativas no ambiente escolar geralmente são as primeiras experiências públicas que situam a criança negra no lugar do “Outro”, do diferente no contato interétnico. Tratados ali como exótico sem relação aos padrões hegemônicos impostos pela branquitude, “o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar” (GOMES, 2019, p. 204). Para evitar a discriminação, muitas vezes os meninos negros usam cortes baixos ou cabelos raspados, como forma de diminuir ou apagar os traços de sua negritude. Dessa forma, recaem com maior peso sobre as meninas negras e seus cabelos crespos, os estigmas racistas e a pressão estética para adequar-se aos referenciais brancos reforçados pelos meios de comunicação de massa, inclusive através dos produtos culturais voltados à infância.

No artigo “A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis” (2018), Karina Gomes Barbosa e Francielle Neves de Souza refletem sobre a representação das imagens e dos afetos das meninas negras na mídia, através da análise de seis personagens de animações contemporâneas: 1) Doutora, de *Doutora Brinquedos*; 2) Twinkle, de *Os heróis da cidade*; 3) Lili, de *Meu amigãozão*; 4) Abigail (ou número 5), de *KND - A turma do bairro*; 5) Nella, de *Nella, uma princesa corajosa*; e 6) Manu, do brasileiro *SOS Fada Manu*. Conforme constata as autoras do artigo, essas produções se negam a enfatizar questões relativas às relações raciais, à discriminação e seus efeitos nas vidas das meninas negras, que representam apenas 3% do escopo de produções audiovisuais pesquisadas. Com a negação do racismo, essas produções performam um discurso pós-racial, segundo o qual não haveria diferença entre crianças negras e brancas, uma falácia que a própria falta de representatividade das meninas negras contradiz, escancarando essa desigualdade.

No contexto dos episódios das animações, as imagens de meninas negras protagonistas não reivindicam elementos da negritude para além dos atributos corporais. A inclusão se encerra nos cabelos mais encaracolados e numa pele mais escura, pois a raça não importa para as narrativas desses desenhos. Em nenhum dos episódios das animações há alguma menção a temas como preconceito, ancestralidade, racismo, interseccionalidade, classe, representatividade, sororidade. A impressão que fica é a de que as meninas poderiam ter qualquer cor. Apenas calhou de serem negras (BARBOSA; SOUZA, 2018, p. 87).

Em “Literatura infantil com personagens negras: narrativas descolonizadoras para novas construções identitárias e de mundo” (2020), Simone dos Santos Pereira e Iracema Santos do Nascimento ressaltam que “visões de mundo hegemônicas e colonizadoras classificam e hierarquizam a cor, o gênero, a região, entre outros marcadores sociais, transformando diferenças em desigualdades, muitas delas inscritas nos corpos dos sujeitos” (PEREIRA; NASCIMENTO, 2020, p. 493). Desse modo, é primordial que outras narrativas sejam desveladas e compreendidas para que todos os tipos de corpos coexistam em igualdade no imaginário infantil. Para além do enfrentamento ao machismo, ao apresentarem referências culturais de matriz africana, as obras literárias que têm meninas negras como personagens reafirmam uma educação antirracista, somando-se aos esforços pela recuperação das bases invisibilizadas da civilização brasileira.

Os processos de escolarização na infância são marcados pelas relações sociais que se estabelecem no interior das instituições educativas, sejam os relacionamentos entre crianças e

seus pares e/ou entre crianças e profissionais da educação. Como já foi dito anteriormente, é no ambiente escolar que a criança negra entra em contato com o racismo, a partir das práticas discriminatórias que atravessam as vivências relacionais da comunidade escolar. Por isso, a escola pública, vista como um espaço para a democratização de saberes historicamente constituídos, precisa também estar engajada com uma educação emancipadora e que leve em conta os marcadores sociais como raça/etnia, sexualidade, nacionalidade, gênero, geração e classe nas práticas educativas, de modo a encarar os preconceitos que se configuram nesse contexto. Negá-los, tratá-los como ocorrências ocasionais ou simplesmente não falar sobre o assunto, é uma forma de legitimá-los.

O próprio silenciamento diante das situações racistas se configura como manifestação do racismo estrutural. Para uma criança negra, tais atitudes impõem formas de combate obrigatoriamente, a fim de garantir a sobrevivência do encantamento de sua infância. A respeito das crianças, Angela Davis afirma que “[...] sua resistência é inspiradora. Mas não nos esqueçamos de que são crianças. Não nos esqueçamos de que são o futuro”. (DAVIS, 2017, p. 96). Desde pequena, a criança negra desenvolve estratégias, mesmo que somente aparentes, para a autopreservação de sua vida, de seus afetos, de sua história, afinal, todos, independentemente da cor da pele, desde muito cedo, já têm uma.

Como denuncia a cena do alisamento capilar performada por Luciana Gresta em “Cinco anos”, a mulher negra carrega no corpo e na memória as marcas da violência racista perpetradas contra sua identidade desde a infância. Uma violência que é química, estética, psicológica e histórica, com a negação e o apagamento de sua origem, de sua cultura e de sua ancestralidade. Crescendo sob o impacto dessas experiências, é provável que a criança negra leve para a vida adulta uma percepção de menos valia, de invisibilidade e de inadequação que promovem sua baixa estima pela “consciência implantada” da subalternidade. Por mais que tente, a “pretinha do cabelo Alisabel”, mesmo deixando de ser “a pretinha do cabelo Bombрил”, sempre estará na condição de criança, negra, mulher e subalternizada. Assim, numa reformulação do título *Pode o subalterno falar?* (2010), de Gayatri Spivak, propomos aqui a pergunta “Pode a menina negra falar, ser (como ela é), aparecer”?

Na definição da autora, o subalterno é aquele que pertence

às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (SPIVAK, 2010, p. 12).

Esse é o lugar tradicionalmente reservado aos negros na estrutura da branquitude hegemônica. Existe, no entanto, como afirma Maylla Chaveiro (2020), uma vertente que pretende superar os processos opressores vivenciados na infância negra,

desrespeitosos à sua condição existencial negro-africana por meio de alisamentos compulsórios [...] e provavelmente não demandarão tanta energia para entender a importância de seus corpos como a continuidade viva de seus antepassados [...] (CHAVEIRO, 2020, p. 47).

A estética negra positivada sedimenta a identidade da criança, contribui para seu desenvolvimento emocional afroperspectivista e para a constituição da sua subjetividade afrodiáspórica, além de habilitá-la na compreensão do racismo estrutural no meio em que vive e que tanto tira dela as oportunidades de produção de afetos. Os processos afetivos estão conectados, principalmente, ao lugar social que a criança ocupa no contexto das suas relações, experiências culturais e interações sociais. O efeito do racismo no corpo da criança negra encobre a potência infantil do agir e do pensar, tornando complexas as possíveis construções de novas epistemologias antirracistas, novos pensares decoloniais, mesmo se o desejo é a resistência.

Para não concluir

As marcas do racismo produzidas na infância, em especial aquelas envolvendo as questões relacionadas ao cabelo crespo, podem ser reconfiguradas nas subjetividades de mulheres negras adultas, potencializando seu engajamento com a luta antirracista, a partir da tomada de consciência de processos identitários, como nos mostram as palavras de Luciana Gresta ao narrar outra memória sua:

Eu ficava debaixo da barraca de praia, de frente para o mar, e acompanhava com os olhos as outras crianças, que podiam se divertir. Eu precisava ficar protegida do sol, que deixaria minhapele mais preta, e também longe da água salgada e do suor, que acabariam por estragar meu cabelo pranchado e escovado. Foram anos e anos relatando que conhecia o mar, sem nunca ter tocado os pés nele. A obediência cega aos comandos do adultocentrismo de não acatar minha negritude, naquele tempo me fizeram vítima do racismo, mas deram-me, hoje, chão para a luta contra esse projeto estrutural e histórico de concessão de privilégios simbólicos e materiais ao adulto branco, homem e colonizador.

Considerando que as crianças negras são sobreviventes dos contextos das opressões que experimentam cotidianamente, pensamos que é possível, a partir de exemplos e narrativas como as que foram apresentadas, aprender caminhos e estratégias para a produção de novas realidades para essa infância, tão mais fragmentada nos processos subjetivos de descolonização.

Na contemporaneidade, percebemos ações efetivas para o enfrentamento ao racismo estrutural e a superação da ilusão do mito da democracia racial brasileira, fruto de uma sociedade que ainda segrega pessoas em função da cor, do cabelo, do gênero e da classe social. Há movimentos importantes que lutam contra o racismo e pela igualdade entre pessoas negras e brancas, tais como o Movimento Negro, o Afrofuturismo, entre outros exemplos de movimentos sociais, culturais, estéticos, artísticos e corporais. Esses movimentos se propõem a projetar possibilidades de representatividade negra a partir do protagonismo narrativo anticolonial. Para as infâncias, cabe a responsabilidade da Escola na escuta e no debate para uma educação efetivamente “antirracista, multicultural e pluriversal” (MUNANGA, 1999), na desconstrução das opressões e no seu enfrentamento.

Nesse sentido, é importante estabelecer práticas pedagógicas que promovam uma educação antirracista autêntica desde a educação básica. Práticas pedagógicas que, que não seja limitada a datas comemorativas ou de eventos esporádicos, conforme denunciam Renísia Cristina Garcia Filice e Cláudia Denis Alves da Paz no artigo *O artigo 26-A da LDB: entre avanços e recuos o espontaneísmo ainda opera no DF*. Esse compromisso não deve ser assumido por apenas alguns atores da comunidade escolar, os ditos “gestores proativos”, mas consolidado ao longo de todo o ano letivo e coletivamente. Compreender que o racismo estrutural está presente no cotidiano das instituições educativas é o primeiro passo para a mudança, que requer o planejamento de ações pedagógicas que rompam com as práticas opressoras da cultura hegemônica e que não invisibilizem ou minimizem o sofrimento das crianças negras. O caminho para uma sociedade antirracista é a construção de práticas descolonizadoras e sensíveis, tendo como base de sustentação uma educação antirracista.

Referências

ADICHIE, C. N. **Americanah**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Editora, 2019.

BARBOSA, K. G.; SOUZA, F. de. A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 75-96, 2018.

BENEVIDES, F.; MIRANDA, M. "Mulheres que Brilham": Efeito de Memória no Anúncio Publicitário da Bombril. **IX Seminário de Pesquisa e Estudos Lingüísticos**. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/periodicos-uesb-br-spel/article/viewFile/7690/7515>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BIÃO, A. Um léxico para a etnocenologia: proposta preliminar. In: ----- **Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos**. Prefácio Michel Maffesoli. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2009.

CHAVEIRO, M. M. R. de S. **Cabelos Crespos em Movimento(s): Infância e Relações Étnico-Raciais**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FILICE, R. C. G.; PAZ, C. D. A. da. O artigo 26-a da Ldb: entre avanços e recuos o espontaneísmo ainda opera no df. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 19, p. 97-120, jun. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/27>. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

----- **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.).1988, p. 69-82

JABOUB, K. M. **O cabelo como símbolo de resistência em Americanah de Chimamanda Adichie**. Monografia. Instituto de Letras. Universidade de Brasília, Brasília: 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19383/1/2017_KamilaMarquesJacoub_tcc.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, S.; NASCIMENTO, I. Literatura infantil com personagens negras: narrativas descolonizadoras para novas construções identitárias e de mundo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 2, p. 481-496, 28 jul. 2020.

RODRIGUES, P. R. O cabelo docilizado: uma mazela do neocolonialismo em *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie. **Litterata | Ilhéus | vol. 8 n.2**. Dez. 2018. ISSN eletrônico 2526-4850, disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/2165>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELOSO, J. das G. Paradoxos e Paradigmas: A Etnocenologia, os saberes e seus léxicos. In: **I Encon-**

tro Nacional de Etnocenologia, de 12 a 15 de abril, Salvador – Bahia. Repertório, Salvador, nº 26, p. 88-94, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/viewFile/17456/11396>. Acesso em: 24 abr. 2021.

Recebido em 25 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.